



PROJETO DE LEI Nº , DE 2013
(DO SR. ROBERTO FREIRE)

Acrescenta § 3º no art. 6º da Lei nº 7.444, de 20 de dezembro de 1985, para assegurar um exemplar da Constituição Federal a todo cidadão que se alistar como eleitor.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º. O art. 6º da Lei nº 7.444, de 20 de dezembro de 1985, passa a vigorar acrescido do seguinte § 3º:

“Art. 6º
.....

§ 3º Todo cidadão brasileiro deverá receber gratuitamente um exemplar da Constituição Federal da República Federativa do Brasil, no ato de alistamento eleitoral. (NR)

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

09FD069153

09FD069153



JUSTIFICATIVA

Um dos aspectos mais importantes da Constituição Federal de 1988 é, sem sombra de dúvida, a ampliação dos direitos de cidadania. Grandes avanços foram registrados no que respeita à igualdade de direitos e deveres de homens e mulheres, aos direitos dos consumidores, ao direito de iniciativa do povo para apresentar projetos de lei ao Congresso, dentre outros.

Merece destaque também a diminuição do limite de idade para aquisição do direito de voto, de 18 para 16 anos, mantendo-se, para os mais jovens, o voto facultativo.

Além disso, para que todos conhecessem esses direitos, inscritos na Carta que se convencionou chamar de Constituição Cidadã, o Constituinte cuidou de assegurar a cada brasileiro o recebimento de um exemplar da Constituição, em edição popular, que seria distribuída gratuitamente nas escolas, igrejas, quartéis, sindicatos, e outros locais de fácil acesso à população mais pobre, como estabeleceu o art. 64 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, nos seguintes termos:

“Art. 64. A Imprensa Nacional e demais gráficas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público, promoverão edição popular do texto integral da Constituição, que será posta à disposição das escolas e dos cartórios, dos sindicatos, dos quartéis, das igrejas e de outras instituições representativas da comunidade, gratuitamente, de modo que cada cidadão brasileiro possa receber do Estado um exemplar da Constituição do Brasil.”

09FD069153

09FD069153



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Todavia, em que pese a importância desse dispositivo, duas circunstâncias concorreram para dificultar a sua aplicação. A primeira, por se tratar de norma que não tem aplicação imediata, uma vez que necessita de outra norma ou procedimento para ser posta em prática. A outra se dá em decorrência de que a sua inscrição no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias não assegura permanentemente o direito, uma vez que as disposições transitórias, como o nome indica, contêm normas temporárias, necessárias para permitir, num período de tempo determinado, a melhor passagem de um sistema constitucional a outro.

Dessa forma, como ainda é importante que se assegure, como direito de cidadania, o acesso gratuito a um exemplar da Constituição a todo o cidadão que se inscreve como eleitor, a intenção do legislador constituinte deve transformar-se em norma permanente.

Permanente também deve ser a preocupação em estimular a participação dos jovens de 16 anos na vida política, pois embora não sejam obrigados a votar, já dispõem de condições de participar mais ativamente na escolha de seus representantes, por meio do voto.

Por tais razões, apresento o presente Projeto de Lei, certo de poder contar com o apoio dos meus pares para sua aprovação.

Sala das Sessões, em 29 de maio de 2013.

Deputado ROBERTO FREIRE
(PPS/SP)

09FD069153

09FD069153